

Recesso parlamentar pode ser cancelado

BRASÍLIA — Os presidentes do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), e da Câmara, Ibássen Pinheiro (PMDB-RS), já admitem discutir o cancelamento do recesso parlamentar de julho para permitir que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) encarregada de investigar as denúncias contra o empresário Paulo César Farias conclua rapidamente seus trabalhos. Entre os dias 28 e 29 deste mês, eles se reunirão para decidir sobre a convocação do Legislativo no próximo mês.

O senador admitiu que tem sido procurado por parlamentares que defendem a convocação. Benevides consultou o relator da CPI, Amir Lando (PMDB-RO), para saber se a comissão conseguirá encerrar seus trabalhos até o dia 30. Lando disse que isso é impossível, devido ao grande número de depoentes que ainda não foram interrogados. "É uma razão a mais para que nós discutamos a perspectiva de convocação do Congresso", ponderou Benevides.

O presidente do Senado esclareceu que a convocação,

caso confirmada, não será utilizada apenas para os trabalhos da CPI do caso PC. Ele lembrou que existem outras comissões em funcionamento e diversos assuntos que aguardam deliberação congressual, entre eles o Orçamento Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a lei delegada necessária à execução da isonomia salarial. Além disso, na quarta-feira deverá ser instalada a CPI que investigará denúncias contra o ex-secretário de Assuntos Estratégicos Pedro Paulo Leoni Ramos, o PP.

Benevides disse que não recebeu nenhuma manifestação do Planalto em favor da convocação. "Em nenhum momento o governo — e ele fala no Congresso pelos seus líderes — fez chegar a mim qualquer solicitação", disse.

O senador pretende colocar o Orçamento Plurianual em votação dia 23; no dia seguinte, será submetida a deliberação a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ele lembrou que, se até dia 30 a LDO não for votada, a prorrogação dos trabalhos será automática.